

A visão de um economista heterodoxo na Fazenda

Entrevista a Eduardo Matarazzo Suplicy publicada em seu livro *Da distribuição da Renda e dos Direitos da Cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Entrevistei o ex-ministro da Fazenda (1987-88) e ex-secretário da Fazenda do Estado de São Paulo (1985-86), Luiz Carlos Bresser Pereira, em sua residência, em 21 de julho de 1988. Conheci-o quando estudante da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, onde ele era professor de administração. Em 1961-62, trabalhei em seu projeto de pesquisa sobre a origem étnica e social do empresário brasileiro. Desde 1966 nos tornamos colegas professores do Departamento de Planejamento e Análise Econômica da EAESP. Estivemos juntos politicamente no MDB, em 1978, tendo depois eu optado pelo PT, na sua fundação, em 1980, e ele pelo PMDB, de 1980 a 1988, quando ingressou no PSDB.

O professor Luiz Carlos Bresser Pereira faz uma reflexão, a partir de sua experiência como ministro da Fazenda, do que acredita ser uma política econômica democrática, que consiga compatibilizar o desenvolvimento com a melhoria da distribuição da renda, e que seja inteiramente transparente em suas ações, sempre o governo prestando contas à sociedade. Procura distinguir o que considera uma postura progressista de outra conservadora, caracterizando sobretudo a maneira de o Estado interferir na economia. Expõe sobre os três choques que considera devam ser aplicados sobre a economia: o fiscal, o da dívida externa e o de preços, que representariam uma nova aplicação da terapia heterodoxa.

No momento em que soube de sua nomeação para o ministério da Fazenda, transmiti ao meu colega de Departamento na FGV o quanto considerava importante que ele convencesse o presidente José Sarney de que deveria abreviar o seu mandato e convocar eleições diretas para a presidência da República em 1988. Enquanto ministro, não sentiu clima para dizer isto. Mas saiu do ministério, nove meses depois, convencido de que o presidente não conquistaria a necessária credibilidade para o desenvolvimento de uma política econômica, em função de sua insistência em conseguir um mandato de cinco anos. Nesses últimos 25 anos sempre tivemos conversas como a que segue.

O tema é a questão da democracia e da política econômica. Em que medida diferentes segmentos da sociedade brasileira realmente influenciam as decisões de política econômica? Dada a disparidade tão grande de rendimentos e de riqueza no país, as pessoas influenciam de maneira muito diferenciada o que se passa no setor privado. E no setor público como é que é essa questão? Seja ao nível do município, do estado, ou da federação.

Eu gostaria de discutir esse assunto da democracia na política econômica em 2 planos. Um é o plano que o entrevistador me impõe, quer dizer, o entrevistador olha para mim com ar surpreso. Ele parte do princípio que a democracia é um bem em si e, portanto, a partir desse pressuposto, então vamos discutir até que ponto é mais democrática ou menos democrática a política econômica, e eu acho que é perfeitamente legítimo discutir nesse plano. Mas eu gostaria também de discutir um segundo plano: é da inviabilidade de uma política econômica totalmente democrática e mais que isso, a indesejabilidade de uma política completamente democrática.

Você já começa com uma observação surpreendente.

Não, porque senão a gente entra num...

Talvez realista.

Então eu vou começar pelo segundo porque isso baliza a minha visão. Depois eu entro naquele primeiro que é muito importante, que é como a gente pode aumentar o grau de democracia existente num processo de definição de política econômica. Na segunda questão, o que eu gostaria de colocar é o seguinte: existe uma tensão inevitável entre o formulador de política econômica e a sociedade. Por quê? Por um motivo muito simples. A sociedade, a sociedade quer dizer os trabalhadores, as classes médias ou classes médias técnico-burocráticas como eu prefiro ou assalariadas, os empresários de vários níveis: pequenos, médios e grandes empresários — a burguesia. Quer dizer, essa sociedade, dividida nessas três classes e subdividida em vários subsetores, tem interesses muito fortes, mas todas elas têm interesse em ter maiores salários, maiores lucros, menor inflação, maior crescimento, uma porção de coisas desse tipo. E nem sempre é possível dar tudo para todos.

Quer dizer, infelizmente não é possível dar o salário que os trabalhadores querem, é impossível. É impossível dar as obras públicas que os trabalhadores querem, em seus

bairros, nas suas ruas, nas suas... enfim. Não é possível dar as obras que os empresários querem, os lucros que os empresários querem, os salários que os funcionários públicos querem e assim por diante. Simplesmente não é possível. E se de fato imaginarmos que nós definimos democracia como atender a vontade da maioria, ou atender a vontade dos trabalhadores, ou atender a vontade, sei lá, dos eleitos pelo povo, o Congresso representa ou representaria essa sociedade, é muito perigoso.

Nós acabamos de assistir, por exemplo, a Constituinte dar uma anistia, os representantes do povo darem uma anistia, para pequenos e médios empresários, que vai custar bilhões e bilhões de cruzados para os cofres públicos, quer dizer, de um Estado que está absolutamente quebrado. É uma coisa gravíssima, insustentável, mas “democrática”. É democrática entre aspas? Mas não importa. Importa é que está lá o Congresso decidindo isso. Acho um absurdo total. Se eu, como formulador de política, Presidente da República, como Ministro da Fazenda, pudesse evitar isso eu faria tudo para evitar, ainda que eu soubesse que a maioria da população brasileira queira isso.

Vamos pensar a democracia no sentido não propriamente de que vai ser possível atender as demandas de todas as pessoas, de todos os segmentos, mas em termos de um sistema de governo, onde os governados podem escolher seus governantes e influenciar as suas decisões em igualdade de condições.

Mas eu não estou discutindo esse assunto. Eu estarei a favor de todas as medidas possíveis e imagináveis para aumentar o grau de representatividade dos governantes, grau de participação da sociedade nas decisões, não tenho nenhuma objeção. Eu estou muito a favor disso e acho que isso é a batalha de todos os dias. Mas ao mesmo tempo, eu tenho absoluta certeza, por mais democrática que seja a sociedade, haverá momentos em que os seus dirigentes políticos têm que tomar decisões e essas decisões podem ser populares ou impopulares. E eu desconfio que em certos momentos eles vão ter que tomar decisões impopulares. Mas eu não acho que isso seja anti-democrático. O que seria... e eu vou dar aqui depois o meu critério de decisões.

Então o que eu quero sugerir é que, o meu conceito de estadista, para mim estadista é o homem que tem visão e, portanto, a capacidade de ver os diferentes problemas do país, e segundo, que é importante para nossa discussão aqui, que tenha a coragem de tomar decisões mesmo contrariando os seus interesses políticos, quer dizer, mesmo arriscando de perder os votos dos seus correligionários, eleitores ou possíveis eleitores. Se ele tiver

coragem para isso ele é um estadista, se não ele não é estadista coisa nenhuma. Então, o que eu estou imaginando é que há, como eu disse inicialmente, uma tensão entre o dirigente que tem a visão do todo, que conhece e que tem mais informações e a sociedade que está mal informada, cada um defendendo os seus interesses. E é uma dialética, uma tensão, entre esses dois setores e que tem que se dar como dialética e não autoritariamente um impor ao outro, nem vice-versa.

Então o que é que seria democrático? O que é democrático para mim, em matéria de política econômica não é o representante fazer o que a maioria quer, o representante, o dirigente responsável pela política. É esse responsável ser absolutamente transparente nas suas decisões e – existe uma coisa que em português nem existe a palavra – haver rigorosa *accountability*, não sei qual é a palavra em português, que quer dizer que, nas suas decisões, ele é responsável e pode ser cobrado plenamente por tudo o que ele faz.

A qualquer momento ele deve estar com a postura de prestar contas, de maneira a mais transparente possível, nesse sentido.

Estar sempre informando, prestar contas, e não é só prestar contas. Ele pode ser derrubado por causa disso, quer dizer, o mandato dele deve ser curto, ou, como eu sou parlamentarista, num regime parlamentarista ele é o Primeiro-Ministro e deve cair porque ele falhou, ele errou. Agora, o que ele não pode é querer fazer o que faz o Presidente Sarney. O Presidente Sarney seria o perfeito exemplo de “democracia”, ponha aspas nessa democracia, nesse país porque ele faz tudo que todos querem. Acaba não fazendo nada para ninguém, evidentemente.

Qual a distância que existe entre o que poderíamos chamar de democracia e o que existe no Brasil?

Então veja, o que eu quis com a minha primeira observação é deixar claro que as decisões em política econômica democrática são aquelas que têm transparência e podem ser cobradas. Não aquelas que são tomadas para atender a demanda da maioria. Em outras palavras o que eu quero dizer é que o formulador de política econômica, como tem um conhecimento mais amplo dos problemas, ele deve usar esse conhecimento e ser responsável por ele. Agora, vamos deixar esse negócio de lado e vamos falar sobre a democracia no Brasil. Porque o Brasil está muito longe de ser um país democrático.

Não há nenhum país perfeitamente democrático no mundo. Teoricamente a democracia só será possível quando houver uma grande igualdade entre as pessoas. Uma igualdade econômica, uma igualdade cultural, uma igualdade social, uma igualdade política. Então, aí sim você pode falar em democracia, porque as pessoas nunca serão inteiramente iguais, as pessoas são, por natureza, diferentes entre si, mas teriam um suficiente grau de igualdade para terem poderes razoavelmente iguais. Na democracia formal, todo cidadão é igual perante a lei. O voto de uma pessoa muito poderosa e o voto de uma pessoa sem poder nenhum tem o mesmo peso, mas é o voto só. Depois há uma quantidade infinita de formas através das quais pessoas muito poderosas influenciam fortemente o governo e as pessoas sem poder não influenciam nada.

Até mesmo nas eleições.

Inclusive no próprio processo eleitoral. E o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. Isso é sabido. A distribuição de renda é profundamente desigual nesse país. Você é um grande especialista nessa matéria, e enquanto não for resolvido isso não se resolve o problema. Para entender democracia eu costumo usar um conceito de sociedade civil. Eu costumo dizer que uma sociedade é governada não pelo povo, mas pela sociedade civil. E a sociedade civil eu defino como o povo organizado e estruturado de acordo com os poderes que tem cada grupo, que tem cada pessoa. Então uma sociedade autoritária é uma sociedade em que a sociedade civil é extremamente autoritária, ela própria. Em que há um desequilíbrio muito grande de poderes dentro da sociedade civil. Enquanto que um país democrático é um país em que a sociedade civil é mais democrática. Quer dizer, se os empresários têm força, individualmente ou através de suas associações, os trabalhadores também têm força através de seus sindicatos, seus partidos políticos, suas associações, e você acaba conseguindo um razoável equilíbrio de forças dentro da sociedade civil, entre os diversos setores da sociedade.

O que nós devemos, uma coisa pela qual a gente deve lutar permanentemente é para que haja isso, para que haja esse maior equilíbrio, no plano econômico e no plano político. A relação não é direta: a desigualdade econômica leva à desigualdade política. Há uma correlação grande, embora não seja direta. Então você tem que reduzir a desigualdade de renda e ao mesmo tempo tem que dar condições para que aumente o poder de organização da sociedade.

Eu tenho discutido muito, a partir da minha experiência como Ministro da Fazenda, o que é uma política econômica progressista e o que é uma política econômica conservadora. Quando eu assumi o Ministério eu fiz um discurso em que eu dizia que ia fazer um ajustamento da economia. A economia estava com um desequilíbrio na balança de pagamentos brutal, um déficit na balança comercial, quando o Brasil costumava e precisava ter um superávit de quase um bilhão de dólares por mês, e que eu ia fazer um ajustamento, que o Brasil ia crescer só 3%. Segundo, que eu ia dar grande prioridade às exportações. Em função dessas duas informações, no dia seguinte vieram comentários da imprensa, de políticos pretensamente de esquerda ou progressistas, de que eu era um economista conservador. Eu acho isso uma tolice, acho que a história acabou por deixar claro que não sou um economista conservador. Mas eu passei, a partir daquele momento, a querer discutir o que é que define um economista e uma política econômica conservadora de uma política econômica progressista. Quer dizer, seria o que é a favor do mercado interno e contra as exportações? Seria o que diz não à recessão e jamais quer fazer um ajustamento da economia? Seria o que é nacionalista, que é contra a empresa multinacional ou coisa que o valha? Acho tudo isso uma tolice. Os únicos critérios reais que eu vejo são dois. Um, é se ele é a favor da distribuição de renda, se quer compatibilizar crescimento econômico, desenvolvimento econômico, com distribuição de renda, isso é o principal. Segundo, tão importante quanto, é se ele, na sua política econômica, a exerce de forma democrática, ou seja, transparente, e se ele, na sua política econômica, ajuda a que a democracia aumente. Porque afinal também pode ajudar a democracia aumentar, indiretamente. Esses são para mim os dois critérios fundamentais. E há um terceiro critério, que é relativo mas ainda importante. O economista progressista deve ser também alguém que acredita que o Estado tem papel importante na regulação do sistema econômico. Não que tenha todo. Ele faz uma dialética entre Estado e mercado. Se ele pensar só em Estado ele é estatista. Se pensar só em mercado é conservador, liberal. Ele precisa de um equilíbrio. Mas é bom lembrar que há conservadores, muito conservadores que são violentamente estatistas. Portanto, esse é um critério que não é tão importante quanto o critério da distribuição de renda e da democracia. E só.

Agora, em que medida é possível compatibilizar, num sistema tão desigua, num sistema capitalista com as características brasileiras, esse propósito de realizar uma política econômica progressista e democrática?

Eu vou deixar progressista de lado ... E o democrático acaba sendo progressista também, em grande parte. Feita aquela ressalva inicial que eu estabeleci no começo.

Mas na medida em que você tem na área de mercado, na área da economia privada, o poder de emitir sinais tão diferentes entre as pessoas que têm maior renda e as que tem menor, e por outro lado o setor público, onde quem influencia as decisões do poder público difere muito em poder, dada a desigualdade tão grande, como compatibilizar isso? Ou se é possível?

Não, o que eu queria colocar era um pouco diferente. Uma sociedade em que ela é, intrinsecamente, pouco democrática, uma sociedade, seja por desequilíbrios ... de renda e poder, você, de repente, se vê no governo, se coloca o programa e se você vai fazer ou tentar fazer uma política mais democrática ou não vai fazer. Eu queria sugerir que esta decisão, não é uma decisão tão livre assim. É claro que se você for autoritário, você vai tentar fazer o mais autoritariamente possível essa política econômica. Vai usar o maior segredo possível nas suas decisões, vai consultar o menos possível as pessoas. E se você for democrático, você vai tentar fazer o inverso. Que é, digamos, que depende da personalidade, que depende da ideologia do formulador de política econômica. Existem, quer dizer, dentre os setores, o regime autoritário que acabou no final de 1984, mesmo as pessoas que assumiram o poder depois que houve a redemocratização, há evidentemente pessoas muito autoritárias também. Agora, o outro lado da questão. De qualquer forma você poderá, na política econômica, ter governos mais autoritários, isso ao nível dos municípios, do estado e do governo federal. Tem pessoas mais autoritárias e menos autoritárias. por personalidade, formação, etc., como o ministro da Fazenda, secretário, governador, prefeito.

Agora, existe um outro problema que é até que ponto uma política econômica autoritária tem força. Porque, ainda que a sociedade não seja muito democrática, quer dizer, nós temos, os trabalhadores têm um poder já nesse país. Houve um grande avanço no poder dos trabalhadores no Brasil, com a organização sindical. A organização sindical dos trabalhadores rurais, a Contag começou em 1964, quer dizer, houve um grande avanço que representou a CUT no final dos anos 70, é muito importante isso.

Quer dizer, de forma que a classe média tem todo um sistema de controles, de resistências, etc. Então, você imaginar que você pode fazer qualquer coisa e vai ser obedecido não é

verdade. Você tem que considerar também, é por isso que se fala tanto agora, para acabar com a inflação se fala tanto em pacto social.

O que se percebe é que para acabar com a inflação seria muito importante que houvesse um acordo. Claro que é difícil chegar a esse acordo, isso é outra história.

Mas, então, o que eu quero dizer com isso? É que a democratização do processo de política econômica é normalmente um fenômeno que tem duas origens: tem origem no espírito democrático de alguns, na ideologia democrática, na personalidade democrática de alguns responsáveis pela política econômica, nos cargos fundamentais que definem essa política econômica, mas também tem uma grande parte que é a demanda, a pressão e a força da própria sociedade. Agora, essa sociedade só ganhará realmente força no momento em que, além de se organizar, e eles pensam: o que precisa então é organizar: é fazer CUT, é fazer CGT, e fazer CONTAG, é fazer Ordem de Advogados, é fazer PT, PMDB, UDR, se você quiser, e com isso você, eu acho que, além disso, há uma segunda condição para que haja democracia.

E a segunda condição é que os eleitores, essa sociedade que afinal é formada de eleitores, façam uma crítica muito séria do populismo. Porque o inimigo fundamental da democracia na política econômica é o populismo econômico. O que é populismo econômico? Defino isso. Populismo econômico, para mim, isso eu aprendi com um economista cubano, já morto, chamado Carlos Diaz-Alejandro, professor da Universidade de Yale. Ele tem um artigo chamado “Políticas de Estabilização no Cone Sul”, em que mostra como era o ciclo de crises em que passavam os países latino-americanos, no Cone Sul, e normalmente acontecia, e ele chamou o processo de política econômica desses países de política populista. O que é? Que é basicamente você querer, na sua política econômica, atender a todos. Atender os empresários, atender os trabalhadores, atender a classe média técnico-burocrática assalariada, reservando para uns encomendas, créditos subsidiados, subsídios os mais variados para os empresários, dando para outros salários para os funcionários, dando para outros também aumentos salariais na política econômica, e gastos públicos e subsídios para o consumo, e com isso levando a um desequilíbrio financeiro total da economia, levando à inflação, levando ao desequilíbrio da balança de pagamentos, levando a economia à breca. E isso se faz permanentemente, em todos os países latino-americanos há muito tempo. Esse artigo é de 1980/79, por aí. E continua sendo feito

permanentemente. Agora, para você parar de fazer isso novamente, não basta você ter dirigentes responsáveis que não querem fazer isso.

É novamente fundamental que haja povo, eleitor que valorize quem não faz isso, entende? Enquanto você tiver partidos políticos, potencialmente, que se pretendem de esquerda, enquanto você tiver sindicatos que só valorizam aquilo que os beneficia a curto prazo, que são incapazes de admitir, por exemplo, política de austeridade, então você esqueça que nunca vai ter uma política democrática no país. O que você vai ter é crise em cima de crise, vai ter populismo em vez de democracia.

Mas de qualquer maneira na hora em que você, mesmo num partido mais progressista, assume o poder, ao nível do município, do estado, você tem que tomar decisões que têm que ter racionalidade, já que os recursos são limitados. Por outro lado, nós temos aqui uma estrutura de arrecadação de recursos e de dispêndios. Levando em conta essa estrutura, como é que você avalia a distância entre o objetivo da democracia e o que é feito em termos da arrecadação de recursos no Brasil e do dispêndio dos recursos?

É profundamente anti-democrático, quer dizer. Primeiro, para responder a sua pergunta, eu vou fazer uma pequena teoriuzinha. Como é que através de política econômica se distribui renda no país? Porque um dos grandes desafios da política econômica é distribuir renda. Não é fácil não, não pensa que é fácil você distribuir renda. Quer dizer, você tem que distribuir renda e ao mesmo tempo tem que manter a taxa de crescimento de um país capitalista que é movido por lucro. Porque o investimento é movido por lucro, então você tem que conservar para os empresários, verdadeiros empresários, uma taxa de lucro razoável senão eles não investem e acabou-se.

Se fosse uma economia socialista também teria que ter uma taxa de acumulação para crescer.

Também. Mas aí, pelo menos, a decisão de investir não depende disso. Num país capitalista você não só precisa de poupança para investir, mas você também precisa, além disso, a motivação da taxa de lucro. Você precisa do lucro, vamos dizer que a origem da poupança, a principal origem da poupança para investir e você precisa de uma expectativa de taxa de lucro razoavelmente alta para que as pessoas reinvestam, senão em vez disso, esterilizam a poupança. Agora, para você distribuir renda, quer dizer, com esse “constraint” que você tem aí, com essa limitação, há três formas básicas no regime

capitalista: uma é através de sistema tributário – um sistema tributário mais progressista, que realmente onere mais fortemente os mais ricos e os rentistas, os que vivem de juros e aluguéis e não de lucros ou salários..., mas também pegue os salários mais altos do espectro, os lucros mais altos do espectro, as taxas de lucro mais altas, mas especialmente os aluguéis e os juros. Você pode ter sistemas progressivos e regressivos de taxaço. No Brasil, sabemos que o sistema é profundamente regressivo.

Segunda forma que você tem é através da forma como você usa a despesa pública – você pode usar a despesa pública principalmente para atender os pobres, através do sistema que na Europa e nos Estados Unidos foi chamado de *Welfare State*, ou você pode usar a despesa pública fundamentalmente para atender o processo de acumulação capitalista – seja via empresas estatais que você forma, que vão atender aos capitalistas também e aos técnico-burocratas, ou seja através de subsídios das empresas estatais e empresas privadas para acumulação. Foi o que se fez no Brasil fundamentalmente. Quer dizer, reduz ao mínimo o gasto social. Quando faz gasto social, também privilegia no gasto social a classe média e não os pobres.

Quer dizer, o sentido do dispêndio, o segundo instrumento que você mencionou, foi utilizado mais no sentido de concentrar do que de melhorar a distribuição.

Mas é claro, porque primeiro, entre consumo e investimento, você privilegia o investimento, a despesa pública, seja subsidiando o setor privado, seja fazendo você próprio os investimentos em aço, energia elétrica, isso ou aquilo, isso concentra renda. Concentra renda, não tenha dúvida. Ou, em segundo, porque você, quando faz gasto de consumo, gasto social, você privilegia os ricos, a classe média e não os pobres, sistematicamente. Então o controle da despesa pública é fundamental e a consciência disso no Brasil é mínima, a consciência de como é importante esse controle e essa reorientação da despesa pública como um instrumento de distribuição de renda.

Você teve idéia de que é muito baixa essa consciência?

Muito baixa. Ela é muito baixa no Brasil. Eu vou dar um exemplo aqui de São Paulo. No começo deste ano, aqui em São Paulo, o prefeito Jânio Quadros, que é um prefeito profundamente conservador, reacionário mesmo, decidiu fazer um túnel, que liga os bairros ricos, particularmente eu, que moro num bairro rico, o Morumbi, com o Ibirapuera e o centro da cidade. Esse túnel custa bilhões de cruzados, e evidentemente beneficia os

ricos. Esse túnel foi criticado amplamente pelos opositores do Sr. Janio Quadros, mas eles criticavam fundamentalmente em termos de, quer dizer, a crítica maior que eu vi era porque isso ia prejudicar a ecologia do parque Ibirapuera. Ninguém teve, ninguém disse, quando eu comecei a falar que o túnel era fundamentalmente criticado, não por causa da ecologia do parque Ibirapuera, mas por causa que esse ia ser um gasto que atendia fundamentalmente aos ricos e não aos pobres, as pessoas ficavam muito surpresas, achavam boa idéia até. Porque era uma coisa nova para eles. Porque isso não está na consciência das pessoas. Por mais que você repita, até que a sociedade comece a cobrar despesa pública em função de distribuição de renda, não chegou a esse ponto no Brasil ainda. Claro que cada grupo social defende os seus interesses. A sociedade de bairro defende lá o asfalto das ruas, o posto de saúde lá, eles defendem, isso é outra coisa. Mas imaginar politicamente que, de maneira mais global, que a despesa pública é um instrumento fundamental de distribuição e concentração de renda, isto não está claro ainda para a sociedade.

Há os que levantaram, no próprio PT, no PSDB, na Câmara Municipal. esse ponto.

O que está me preocupando é que isso não está na consciência geral. Tem gente que sabe disso, é claro que tem. Graças a Deus.

Agora, e a terceira coisa? A terceira forma de distribuir renda através de política econômica é através da política de salário mínimo, quer dizer, reduzindo o leque-salarial. Eu digo salário mínimo porque não acredito em política salarial como forma de distribuir renda, acho muito limitada essa forma, o governo tentando impor aumento de salários maior. O que o governo pode nesse caso é defender o salário dos trabalhadores, por exemplo, não permitindo numa economia como a nossa, que tem altas taxas de inflação, que haja negociação coletiva direta, sem indexação formalizada, isso é um absurdo. Mas, salvo isso que é uma defesa muito limitada, que o governo pode fazer, não permitir que haja liberdade dos sindicatos e empresários definirem seus salários como querem.

Você acha que não deve haver a livre negociação?

Pura livre negociação não. Você tem que ter um certo grau de negociação, mas combinado com uma indexação mínima, que, por exemplo, no caso atual é a URP. Imagine você, se nós chegássemos aqui, eliminássemos a URP, e a partir dessa data ficam as empresas e os trabalhadores, como é nos EUA livres, com livre negociação de seus salários. Os

sindicatos mais fortes ainda talvez conseguissem se manter, mas os mais fracos, quer dizer com essa inflação que está aí, seriam tragados em pouco tempo, seria um desastre.

Mas voltando, a terceira forma que eu dizia era através do salário mínimo, ou seja, através da redução do leque-salarial. Porque a concentração de renda não acontece apenas entre lucros e salários. Existe também a concentração de renda de salário-salário. Quer dizer há salários muito altos e salários muito baixos. No Brasil o leque-salarial é facilmente 100 vezes, tem casos de 1.000, mas é facilmente 100 vezes. Num país civilizado, e o Brasil não é civilizado, o leque-salarial é 10, quando não é menos, 7. Então você precisa reduzir o leque-salarial. Então, uma forma de reduzi-lo é aumentando o salário mínimo. Agora, isso é uma coisa que deve ser feita também muito ativamente. É muito difícil fazer, porque você encontra inclusive resistência dos próprios trabalhadores. Inclusive aqueles sindicatos extremamente progressistas, porque eles têm gente ganhando 4, 5 salários mínimos, por exemplo, quando você fala em desvincular salário de salário mínimo, eles já protestam. Não deixa de ser engraçado. Mas eu, graças a Deus, fiz o meu salário-mínimo, o Piso Salarial, desvinculei dos outros, acho que foi uma coisa muito boa.

Qual o critério do Piso Salarial?

O critério foi, eu espero que continue sendo, o seguinte: foi transformado o salário mínimo. Tinha o salário mínimo, na verdade o salário mínimo de referência, que, por acaso hoje eu vi, um decreto qualquer, uma lei qualquer, em que se vinculava determinada coisa ao salário mínimo de referência. As multas de trânsito eram vinculadas ao salário mínimo de referência. Tudo bem, é uma forma de indexação. O salário mínimo virou salário de referência. Tanto serve para multas de trânsito, como para os salários dos médicos, salários dos engenheiros, se quiser, salário mínimo dos torneiros, se tivesse o de referência. E o de referência seria corrigido rigorosamente de acordo com a inflação, enquanto que o Piso Nacional de Salários seria corrigido acima da inflação, sempre que possível. Nos seis meses, ou menos que isso, cinco meses que eu administrei isso, porque eu fiz o Piso em julho, eu administrei durante uns cinco meses, eu consegui um aumento, de acordo com algumas contas, de 16% de aumento real, de acordo com outras 20%. O que eu acho é que com uma inflação que estava alta, foi um bom resultado, mas eu acho que tem que continuar aumentando isso, que é uma forma de reduzir o leque salarial que é uma coisa importante, portanto, em termos de distribuição de renda. Agora, voltando à democracia...

Na medida em que há uma relação entre o salário real médio, salário mínimo médio e o nível de emprego, que cuidados você teria, ou procurou introduzir, no sentido de ao mesmo tempo manter o nível de emprego com essa melhoria do Piso de Salário?

O problema de aumentar o Piso Salarial Nacional, depois de desvinculado dos demais salários, é que, à medida que você vai aumentar, você pode ter dois efeitos negativos: um é causar aceleração da inflação, você tem que tomar cuidado com isso, não pode fazer aumentos violentos, e segundo, isso pode provocar desemprego, à medida que certos setores que estão empregando mão-de-obra muito barata, não deixa de se justificar aquele emprego e eles então não empregam mais gente. Mas isso é uma coisa que vai se fazendo, se Tateando. Você vai sentindo a coisa.

Seria um absurdo você pegar então o Piso Nacional e dobrar de um dia para o outro, isso causa um desastre. Mas ir aumentando o Piso Nacional de Salários, em termos reais, em 2 anos. Eu entendi que isso era viável. Não em dólar, mas em OTNs, em termos reais internos. Quer dizer, nós começamos a fazer isso, eu acho que isso é possível. É uma meta gradual razoável.

Mas você mencionou a questão do conteúdo do gasto público e da despesa. Agora, em que medida você considera importante que a política econômica possa influenciar também o conteúdo do que é produzido pelo setor privado, especialmente, para evitar pontos de estrangulamento, quando você melhora a distribuição da renda e a remuneração dos assalariados?

Isso é importante. Como é que você distribui renda? Eu falei em três pontos, mas na verdade existem outras formas de distribuir a renda. Essa forma que você está me dizendo é uma forma adicional, é uma quarta forma, mas se você realiza trabalhos, se você estimula investimentos mais trabalho-intensivos, você distribui mais renda; se você estimula investimentos mais capital-intensivos, você estimula a concentração de renda. Como também, se você estimula investimentos em bens de consumo de luxo, você estimula a concentração de renda, se você estimula investimentos em bens-salário, você promove distribuição de renda.

Sobre aquele primeiro problema, eu queria fazer um comentário relativo à exportação. Um dos dogmas das esquerdas no Brasil é de que exportação concentra renda. E eu mesmo escrevi isso, e há um elemento que é verdade nisso. Se você aumentar a exportação,

exportando bens de consumo e importar bens de capital e insumos básicos, com isso você viabiliza, digamos, a manutenção de uma demanda agregada equilibrada com concentração de renda. Isso, digamos, é do lado do equilíbrio entre demanda e oferta agregadas. Agora, pense do outro lado, se você estimula a exportação de produtos manufaturados, que o Brasil, ou que a Coréia, ou que Taiwan são capazes de exportar, são produtos geralmente trabalho-intensivos e, dessa forma, eles são muito mais desconcentradores de renda do que você fazer investimento em siderurgias, em petroquímicas, que são substituidores de importações, que são altamente concentradores de renda.

Tanto assim é que se você for comparar a distribuição de renda nesses países com a do Brasil, ou de um modo geral, com a distribuição de renda da América Latina você vai descobrir, que nesses dois países a distribuição de renda é muito melhor. Claro que há um outro fator mais importante do que esse, que determinou uma distribuição de renda melhor lá. É que logo depois da 2ª. Guerra Mundial foi feita uma reforma agrária muito forte nesses dois países.

Coréia e Taiwan?

Coréia e Taiwan. Quer dizer, então isso deu uma base inicial também muito mais equilibrada do que na América Latina. Mas, o segundo fator importante é você produzir bens trabalho-intensivos, que são exportáveis. Enquanto que você produzir, fazer, uma alta substituição de importações em grandes projetos de insumos básicos, infra-estrutura, concentra renda para, valer.

Não seria também um outro fator um progresso tecnológico que aumente consideravelmente a capacidade de produção de bens tipicamente consumidos pelos trabalhadores, na medida em que você tiver condições?

Eu já concordei com você e eu tenho um livro chamado *Estado e Sub-Desenvolvimento Industrializado* em que eu montei um modelo, todo ele baseado nessa idéia de que você precisa produzir bens de consumo mais simples para ter uma distribuição de renda melhor. Que no Brasil, por exemplo, quando se decidiu fazer a indústria automobilística em torno de 50, aquela decisão foi uma decisão pesada. porque irreversível, e altamente concentradora de renda. Porque obrigou, para que houvesse demanda para esses automóveis, que houvesse uma concentração da classe média para cima. Tudo bem, isso é

verdade, mas essa é uma visão, eu insisto, é uma visão muito de demanda da distribuição de renda. E eu desconfio, se não tenho certeza, que mais importante do que essa visão, .é a visão de produção: em que você, quanto mais trabalho-intensivo for o bem fabricado, não o tipo de bem, a tecnologia usada. Para você fabricar certos bens você precisa de uma tecnologia altamente capital-intensiva, outros altamente trabalho-intensivo.

Uma coisa é o trabalho-intensivo, no sentido de empregar mais trabalhadores. Outra coisa também é você tornar acessível aquele bem por poder produzi-lo em massa, com boa qualidade, por causa do progresso tecnológico. Vamos dizer, no setor público, o transporte de massa, por exemplo. Uma coisa que, de boa qualidade, de repente você aumenta muito a disponibilidade daquele bem para a população como um todo. Mas no próprio setor de mercado você poderia pensar nisso também. Ou políticas que viessem a estimular isso.

Não adianta muito você produzir, quer dizer, digamos que nós resolvamos fundamentar o desenvolvimento do Brasil na produção de alimentos e na produção de bens básicos de consumo geral. De que adianta se não tiver demanda para eles? Para você ter demanda para eles, se nós ficarmos aí nessa área de produção, e fundamental que você tenha uma produção trabalho-intensiva, porque uma produção trabalho-intensiva quer dizer a relação salário-lucro é mais alta, quer dizer há uma participação maior dos salários do que dos lucros. Você escreveu um artigo hoje na *Folha*, em que diz que a participação dos salários na renda do Brasil é uma coisa de 40%, pouco menos que isso, 36 por aí.

Isso porque não consegui dados mais recentes que esses.

E nos Estados Unidos é sessenta e poucos por cento, quase setenta. Então, como é que você muda essa diferença? Há várias maneiras de você mudar essa diferença, mas uma é ter atividades mais trabalho-intensivas, quer dizer na indústria há atividades mais trabalho-intensivas mais capital-intensivas e nos serviços são altamente trabalho-intensivas. Então, na medida em que você vai podendo ter mais serviços, você pode ter também uma distribuição de renda melhor. Entende? Mas o fundamental é essa coisa. Não adianta você querer jogar só com a demanda, você tem que jogar com a estrutura da oferta.

Mas particularmente quando você desenvolve uma política clara, de melhoria da participação dos salários na renda, como pensar ao mesmo tempo em aumentar a oferta de bens para que você não tenha problemas como durante o plano Cruzado. Quer dizer, a massa de salários ao ser aumentada, quer dizer a massa de renda, se é que ela foi

aumentada significativamente, acabou rapidamente se deteriorando pela falta de crescimento adequado da oferta. Não teria sido possível se pensar em estimular a médio prazo a oferta mais rapidamente? Essa aliás foi uma preocupação do economista italiano Luigi Pasinetti, quando esteve aqui.

Isso é outro assunto, como é que se estimula a oferta, deveria saber, mas o Pasinetti que me conte. Mas enfim, no caso do Plano Cruzado, o que é que houve? No caso do Plano Cruzado houve um problema de excesso de demanda e um problema de desequilíbrio dos preços relativos. Mas vamos ficar só com o primeiro: excesso de demanda. Esse excesso de demanda foi causado por quê? Porque houve um aumento de salário real que teve um efeito de provocar o excesso de demanda. E houve uma euforia de consumidores e investidores, que também aumentaram os investimentos.

Também um aumento de liquidez.

Liquidez é o que facilita. A liquidez é a remonetização da economia. Houve uma baixa da taxa de juros, mais a euforia dos investidores levou-os a investir mais. Os consumidores, graças aos maiores salários e a essa euforia do fim da inflação, levou-os a consumir mais. Então esse aumento de investimento e de consumo brutal que aconteceu levou rapidamente a economia à sua capacidade, quer dizer, a oferta só aumenta a médio prazo, não aumenta a prazo curto e levou a um desequilíbrio macroeconômico grave. Isso mais o desequilíbrio microeconômico que é o desequilíbrio dos preços relativos, o congelamento dos preços relativos que é insustentável numa economia, levou ao desastre do Cruzado.

Quer dizer, então a impressão que se teve inicialmente é que havia uma grande redistribuição de renda. Houve alguma no Plano Cruzado, mas é uma coisa, vamos dizer, artificial, uma coisa insustentável. Eu acho que é o tipo da coisa que a gente quer esquecer ou só lembrar como um mau exemplo de estratégia, seja para acabar com a inflação, seja para distribuir renda, seja como política econômica, o que foi feito com o Cruzado. Não o próprio Plano, que foi ótimo, mas a administração dele. Foi um desastre.

Agora, distribuição de renda no regime capitalista é uma coisa que ... Nós saímos, você viu que nós saímos da democracia e passamos para distribuição de renda que você gosta mais, na verdade. Mas, eu sei que são relacionados. Mas, distribuir renda num país capitalista é um negócio muito difícil. Eu ando muito interessado em descobrir o que

fizeram alguns países que conseguiram isso. Porque o grande drama é esse: toda vez que você aumenta salário, você diminui lucro. Isso é inescapável.

Você citou o caso da Coréia...

Mas é diferente.

Teve uma grande diferença em relação ao Brasil, no que diz respeito ao que aconteceu no setor financeiro. Eu não sei se você chegou a estudar esse assunto. Mas o sistema financeiro na Coréia é estatal. Foi feita uma reforma do setor financeiro muito importante, além da questão da reforma agrária. Aliás li no Jornal do Brasil, a equipe de economistas do BNDES que foi para lá e verificou que tinham muitas coisas, além da reforma agrária como o que aconteceu no sistema financeiro, importantes para o crescimento.

Eu queria que você fizesse uma reflexão sobre as instituições financeiras do Estado, os critérios para a concessão de empréstimos.

A nível federal eu tive muito pouca relação com isso, porque o Banco do Brasil, embora estivesse subordinado a mim, eu não tinha tempo nem interesse em ficar discutindo os critérios de concessão de crédito do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. Infelizmente eu tinha outras prioridades.

No BANESPA, onde eu era diretamente responsável por isso, eu mexi mais. E havia uma grande preocupação da minha parte em tentar usar o crédito para a pequena e média empresa, mas é um processo muito difícil porque o sistema financeiro, quer dizer, os banqueiros públicos ou privados emprestam para quem já não precisa muito do dinheiro. Quer dizer, a concessão de empréstimo não é uma forma muito boa, muito fácil para voce distribuir renda. Agora, existem outras coisas que são os subsídios, os incentivos. Isso não tem atualmente – concessão de crédito normalmente, a não ser para agricultura. Já houve muito forte no Brasil: concessão de créditos subsidiados para grandes empresários. Hoje não está havendo.

Os empréstimos do BNDES e do Banco do Brasil são a taxas de juros mais baixas do que no sistema de crédito privado normal.

Sim, são um pouco mais baixas, mas não são subsidiadas. Antigamente você tinha correção monetária fixa e tal, um escândalo, era uma festa. Hoje você não tem mais. O que

há é outra coisa. Se você verifica o que aconteceu no Brasil nos últimos 10, 15 anos, houve um aumento da participação do sistema financeiro na renda muito violenta, Os bancos, principalmente, tiveram lucros substanciais, graças, fundamentalmente à inflação, não é graças à política econômica. Aí é um erro: pensar que são os dirigentes da política econômica que estão sistematicamente mancomunados com os banqueiros para privilegiá-los.

O que existe é que, por uma série de motivos outros, você não consegue segurar a inflação e toda vez que você tem inflação o sistema financeiro ganha, porque ele recebe especialmente, por dois motivos: os bancos porque recebem dinheiro a vista – os depósitos a vista não remunerados – e as instituições financeiras de um modo geral, porque eles têm pessoas extremamente competentes, que usam HPs para administrar o dinheiro. Enquanto que as empresas e as pessoas físicas não têm. Então eles levam vantagem sobre... E, nesse momento, quer dizer, essa administração de uma economia com taxa de inflação alta, a administração do dinheiro dia a dia, quase que hora a hora, é fundamental. Se você não souber fazer isso, com grande competência, você perde. Se você perde, outro ganha. Quem ganha são os espertos, que sabem operar bem essa história. Uma festa – é a festa do sistema financeiro: a inflação.

E em que medida o relacionamento com a economia internacional tem limitado, na sua opinião, a consecução do objetivo de melhoria da distribuição da renda?

Se eu quisesse determinar qual é o *one single factor*, que determina a estagnação econômica que o Brasil vive hoje, que faz que o país viva hoje a maior crise da história industrial do Brasil, e que está concentrando renda nesse processo, quer dizer, à medida que no final dos anos 80 o Brasil terá uma renda mais concentrada do que no começo deles, eu diria que é a dívida externa. Então, esse constrangimento é violento, é uma coisa gravíssima. É o problema mais grave da história do Brasil, do ponto de vista econômico. O Brasil nunca teve um problema tão grave quanto essa dívida imensa e essa incapacidade de resolvê-la.

Eu acho que o Brasil não tem condições de pagar essa dívida, que o Brasil só tem condições de pagar entre 50 e 60% dessa dívida.

Você acha que deveria ser jeito um caso internacional da dívida externa, que obviamente então relacionasse a história de como ela foi levantada, dos abusos cometidos, a má aplicação dos recursos...

Não, não adianta. Todas as armas que você quiser usar para não pagar a dívida, você use. Tem gente que quer fazer auditoria da dívida, tem gente que diz que não devemos pagar a dívida porque a cláusula de taxas flutuantes de juros é injusta ou ilegal, ou qualquer outra coisa desse tipo. Eu acho que tudo isso é bobagem.

Por que que o Brasil não deve pagar a dívida? Não deve pagar a dívida porque não pode pagar a dívida. Esse é que é o fato. E quem é que diz que o Brasil não pode pagar a dívida? Quem diz que o Brasil não pode pagar a dívida é o mercado, que já valoriza em 50% os créditos dos bancos contra o Brasil. O próprio mercado reconhece o fato que também uma boa análise econômica demonstra que o Brasil não pode pagar essa dívida. O Brasil tentar, não é nem pagar a dívida, o Brasil tentar pagar os juros da dívida financiando, mais ou menos 30, 40, 50% desses juros, é incompatível com o crescimento econômico no Brasil. Esse fato só é possível com estagnação e leva a um crescimento cada vez maior da dívida. A dívida, quando começou essa crise, era 60 bilhões de dólares em 1981, e hoje é 120. Quer dizer, a relação dívida-exportação aumenta sempre. Então existe um princípio fundamental...

Não tem aumentado sempre. Agora, a exportação está batendo recordes. E a dívida?

Bom, este ano eu não sei como vai ser a coisa, mas pode ser que a gente ligeiramente reduza o coeficiente. Mas se você pegar o coeficiente de exportação, o coeficiente dívida-exportação do Brasil em 1981, quando começou essa crise, era por volta de 3, hoje está em 5 quase. Pode ser que, se as exportações desse ano se revelarem muito favoráveis ao Brasil, dada a imensa recessão que você está vendo, que está acontecendo aqui dentro, essa taxa melhore um pouco. Mas eu duvido que ela melhore. Mais um pouquinho ela volta a piorar outra vez. Não há nenhuma razão para você imaginar que a exportação brasileira vá crescer indefinidamente. Se não há investimento no país, como é que vai ter um aumento na exportação indefinido. Ou se há, são investimentos muito insuficientes. Mas, o que eu digo é que o Brasil não pode pagar a dívida. Você está vendo? Você já está meio desconfiado de que o Brasil pode.

Eu não falei isso.

Eu sei que você não falou, mas me fez uma objeção que indica isso.

Eu falei da sua observação numérica, mas, com a sua observação de que crescendo tanto as exportações graças a uma recessão tão acentuada, como é que fica o seu ponto de vista de que era preciso exportar muito e que isso não era incompatível com a melhoria da distribuição da renda?

Não professor. O que eu acho é que o Brasil precisa exportar muito. Eu nunca disse, é só ir lá ver os meus discursos, entrevistas, etc., eu nunca disse que o Brasil devia exportar às custas de recessão. Eu sempre disse que o Brasil devia exportar, conseguindo uma taxa de crescimento de aproximadamente 6% ao ano.

Mas não conseguiu.

Não. Que no ano de 1987, devia ter 3% de crescimento.

Colocaram 5 % no Plano Macroeconômico de Governo.

Sim, cinco; três da produção industrial.

Por que que não conseguiu 5%?

Não conseguiu porque os investidores não investem. Eu não fiz nenhum esforço para tentar dar 5. Quer dizer, mas conseguiu-se menos apesar disto. O que mostra que não havia nem...

E agora está crescendo 0. Você acredita que por consequência da política presente?

Não. Está crescendo 0 porque os investidores continuam sem nenhuma vontade de investir, porque há uma inflação brutal aí e eles não estão vendo nenhuma perspectiva de saída dessa história, então eles não investem.

O que fazer então?

Ah, isso é outra história. Quer dizer, fazer os meus três choques. São medidas radicais que precisam ser tomadas no país...

Três choques?

Eu quero fazer um choque fiscal, um choque da dívida e o choque de preços, que é o terceiro choque de preços. Quer dizer, o que é o choque fiscal? É um violento corte na

despesa pública, um violento, total corte nos subsídios e incentivos e um forte, não violento, um certo aumento nos impostos. Segundo, o choque da dívida, que seria suspender o pagamento, retomar a moratória e suspender as negociações com o Comitê de Bancos, dispensá-lo, e passar a negociar com os bancos individualmente, só pagando qualquer juro para eles se concordassem com uma redução da dívida através de um processo unilateral de securitização. E terceiro, fazer um novo choque de preços, um novo congelamento geral de preços, mas junto com esses outros dois, não sozinho.

Aí, com essas três coisas feitas conjuntamente você sai dessa crise. Agora, se quiser ficar fazendo uma reduçãozinha de déficit público aqui, uma negociaçãozinha da dívida externa ali e um controlezinho de preços acolá, nós ficamos nesta merda em que estamos.

Mas qual seriam os critérios de cortes de despesas?

Ah, os mais variados. Aí você tem que mandar funcionários públicos embora, você tem que fechar certas atividades, tem que fazer cortes lineares, não adianta querer fazer o sistema mais bonitinho, não. Tem que fazer o que der, mas tem que fazer violento. E é isso e para fazer isso precisa de um Pacto Social.

Como é que Israel acabou com a inflação? Israel acabou com a inflação porque fez um pacto social em que havia três partes no Pacto Social: havia os trabalhadores, havia os empresários e havia o governo, O governo se comprometeu a reduzir o orçamento, que foi uma batalha interna violenta para ele reduzir o orçamento; os trabalhadores concordaram em reduzir salários e reduziram-se os salários; e os empresários concordaram em obedecer as reduções, as metas de preço. Claro que eles tinham uma vantagem. Eles não tinham a dívida externa que o Brasil tem. Então não precisa fazer um choque de dívida externa, tinham inclusive recursos dados pelo governo americano. Mas sem fazer isso, como nós não temos o governo americano para nos ajudar, pelo contrário eles nos atrapalham, nós precisamos também do choque da dívida.

Porque nós temos que garantir, inclusive, a todo mundo, que a gente vai manter a taxa de câmbio congelada durante algum tempo. Para isso você precisa ter reservas. E precisa reduzir o déficit público violentamente, esse é que é o choque fiscal. Então aí vem os keynesianos de segunda categoria, segunda classe, que dizem o seguinte: mas como, o Brasil está em recessão, como é que você quer acabar com o déficit público? Não é isso?

Essa conversa do déficit público é uma conversa conservadora, uma conversa de economista ortodoxo, economista neo-clássico, coisa e tal.

Quando Keynes pensou no modelo dele, ele pensou no modelo da seguinte maneira: Vamos imaginar uma economia que esteja equilibrada, duplamente equilibrada, uma economia fechada, senão teria que ser triplamente equilibrada. Uma economia fechada, duplamente equilibrada, ou seja, oferta agregada igual a demanda agregada e orçamento público equilibrado. Esse orçamento público equilibrado, sendo que o governo teria uma dívida pública pequena. Bom, de repente por algum motivo os empresários paravam de investir. Porque o capitalismo se desenvolve ciclicamente e, em certos momentos, há uma reversão cíclica e os empresários passam a investir menos; Nesse momento, o que é que dizia Keynes? Nesse momento cumpre ao governo, ao Estado, através de uma política econômica fiscal, aumentar o gasto público ou reduzir os impostos, e através de uma ou de outra medida, aumentar a procura agregada pública ou privada, e com isso então reequilibrar a demanda agregada global. Ao fazer isso você incorre num déficit público, sem dúvida porque há redução dos impostos ou aumento da despesa. mas esse déficit público é pequeno e temporário. Por que temporário? Porque logo em seguida, graças ao aumento da renda, através dos efeitos multiplicadores dos investimentos que surgem, aumenta a receita, e reestabelece-se o equilíbrio do orçamento público.

Isso não tem nada que ver com o caso brasileiro. Porque no caso brasileiro o que existe é um desequilíbrio estrutural do setor público. É um déficit público que está baseado numa imensa dívida pública: dívida pública externa e interna. Quer dizer, então, nesse caso, ou você acaba com isso de forma dramática, ou então você não sai dessa crise. Quer dizer, o modelo keynesiano não tem nada a ver com o nosso problema. Se você quiser aumentar a despesa pública para resolver o problema da recessão brasileira atual, você está perdido. Você leva isso aqui à matroca. Como também se você quiser ficar dando cortinho em despesa pública ou fazendo consertinhos na dívida externa como faz o Mailson, não resolve.

Como relaciona o que aconteceu na economia americana e inglesa e brasileira, particularmente com os juros, nas últimas duas décadas? Em que medida os juros têm sido tão altos no Brasil por condicionantes externos?

Por que que o juro é alto no Brasil? Em primeiro lugar, o motivo fundamental por que o juro é alto no Brasil é que ele tem que ser mais alto que o juro nos Estados Unidos, nos

países centrais. Para não haver fuga de capitais. E se o juro lá aumentou, era praticamente zero e hoje está em torno de 5 %, aqui tem que ser mais alto. Agora o problema é saber quanto mais alto.

Mas se lá está havendo um fenómeno de se aumentar tanto a renda dos rentistas, dos juros, nós temos que necessariamente acompanhar isso?

Não tem jeito. Tem que acompanhar. O problema é que ele está mais do que acompanhando.

Estamos mais do que acompanhando?

É. Agora, que tem que acompanhar, não tem escapatória. Porque se nós tivermos menos, tem fuga de capital, a não ser que você imagine poder montar um sistema de fechamento de fronteiras para fuga de capital total que você não consegue.

Aí está uma das principais limitações para a questão da melhoria da distribuição da renda.

Essa é uma limitação importante. A economia brasileira é integrada na economia internacional. Mas eu não acho que seja impossível não. Isso é um fator apenas, há mil fatores aí.

O patamar da participação dos salários na renda nacional nos EUA tem se mantido razoavelmente estável, nos últimos 40 anos, em nível entre sessenta e setenta e poucos por cento, enquanto que no Brasil tem estado em torno de quarenta, cinquenta por cento. Como será possível pularmos de patamar?

Olha, o que eu queria saber realmente, como você sai dos 40 e chega nos 60, não é isso?

É essa a questão.

É possível fazer isso gradualmente ou você precisa de alguma coisa dramática acontecendo nesse país? Uma guerra. Nós não vamos ter guerra, esse é que é o fato. Nunca tivemos, não vamos ter. Não há nenhuma perspectiva de ter guerra. Revolução? Não vamos ter revolução também aqui. E a distribuição de renda aqui no Brasil, quer dizer, você quer aumentar salário em relação a lucro, mas isso não resolve muito, inclusive, porque a distribuição salarial, como eu já disse, também é profundamente desequilibrada. Também nos Estados Unidos, é mais ou menos, não é muito menos que aqui. Agora, como

é que faz isso? Eu não sei. Tem todas essas coisinhas que estavam falando aí o tempo todo, agora, se isto consegue uma melhoria substancial ou não, não sei.

Essa questão é bastante importante, eu acho...

É fundamental. Mas eu não estou dizendo que não seja importante, eu estou falando é que eu não tenho uma resposta fácil.

Numa reflexão do economista Kenneth Boulding, em recente palestra nos LUA, ele distingue o capital humano como a forma mais importante do capital, porque justamente ele tem uma participação na renda dos Estados Unidos, equivalente a 2/3 ou 3/4 da renda. E se você fosse hoje procurar saber o valor presente do capital, o capital humano tem um valor maior que o capital em máquinas, equipamentos e instalações, que tem uma participação relativamente menor na renda. Agora no Brasil, se é esse o dado, a participação do capital humano é mínima.

Não tenho solução para esse problema. Eu acho que esse problema é um problema fundamental, mas nenhuma solução dramática, todas as que nós falamos aí, quer dizer, política tributária, política de despesa pública, política industrial ou tecnológica, etc. dificilmente vão resolvê-lo a curto prazo.